

O Congresso reage e cobra providências

Da sucursal de
BRASÍLIA

Enquanto o Palácio do Planalto vai produzindo em cascata atos e fatos relativos ao demorado e longínquo processo sucessório, talvez na esperança de exorcizar e esconder da opinião pública os escândalos da corrupção e a crise econômica e social, dá o Congresso surpreendentemente prova de maturidade. Porque uma estatística aproximada dos discursos, requerimentos e debates nos plenários e nas comissões da Câmara e do Senado, este ano, demonstra que mais de 80% dos trabalhos vêm sendo centralizados nos assuntos e planos referidos. Querem deputados e senadores saber muito menos quem disputa a Presidência da República, e em nome de que propósitos, do que cobrar do governo medidas efetivas para os descabimentos em curso, revelados pela imprensa e dissecados no Legislativo como poucas vezes terá acontecido na História da República. Há quem lembre e faça paralelos entre os acontecimentos de agora e aqueles registrados nos idos de 1953/54, no final do governo constitucional de Getúlio Vargas, ainda que as comparações parem por aí.

Fenômeno também curioso salta aos olhos, pois não está o Congresso atuando sob a clássica divisão de oposições no ataque e situação na defesa. Apenas parte da bancada do PDS, e minoritária, entregá-se por dever de ofício à missão quase impossível de defender o governo. Os contingentes mais numerosos se calam, menos acomodados do que estupefactos, ou fazem coro com seus adversários, nas denúncias e no espanto. Custa encontrar um pedessista que sirva de advogado, mas de promotores públicos suas bancadas estão repletas. De figuras tumultuadas e discutidas como Amaral Netto, Theodorico Ferraz e outros, a personalidades assentadas, experimentadas e até cautelosas, como Luís Cavalcante, Luiz Viana Filho e Nilo Coelho, partem farpas e exocets da maior contundência, no rumo do Palácio do Planalto. Para não falar na totalidade dos representantes do PMDB, PT e PDT, porque o PTB, infelizmente, sumiu.

O PDS, como as oposições, cobra do governo atitudes e iniciativas pela elucidação das denúncias de corrupção tanto quanto exorta e apela para que os detentores do poder enfrentem a crise através de mecanismos mais dinâmicos do que os até agora utilizados, mudando políticas e pessoas. Dá gosto ir ao Congresso, como poucas vezes deu, especialmente desde que os militares assumiram as rédeas da Nação. De Casas soturnas, amedrontadas, desimportantes e frias, Câmara e

Condutos foram abertos, restrições e posturas, herdadas da ditadura, levantadas e, mais importante, caracterizada a abertura política. Seria preso como louco o cidadão que imaginasse coisa igual ocorrendo, por exemplo, nos tempos do sombrio consulado do general Garrastazu Médici. Ou, mesmo, na autocracia do general Ernesto Geisel. E nem se fala de prisões, e cassações, por conta de denúncias, comentários, análises e exames do mérito. Só por pensar, ou intentar, o Congresso seria fechado, como foi diversas vezes. Ou violentado e marginalizado, coisa igual ou pior. Assim, se podemos assistir a deputados e senadores da oposição e da própria situação contestando, cobrando, exigindo e verberando, será também porque os donos do poder resolveram ceder à natureza das coisas e não arreganhar unhas e dentes. Nada fizeram além de seu dever, mas como os antecessores trocavam rotineiramente o dever pela exceção, haverá no mínimo que registrar o fato.

A contradição aparece quando se nota que, à abertura política, não correspondeu a abertura econômica. Nem a abertura administrativa, quanto mais a social. Se os assuntos são debatidos e discutidos abertamente, sem constrangimentos, a não ser os decorrentes de sua própria essência, não surge para as discussões e os debates a consequência natural. O governo comporta-se como se nada estivesse ocorrendo, exceção, quem sabe, à inusitada iniciativa do ministro do Planejamento de processar um general que, perguntado, disse ficar com os banqueiros franceses e não com o então embaixador brasileiro em Paris, por conta do episódio batizado como "Relatório Saratva". Enquanto no exercício interino da Presidência da República, Aureliano Chaves mandou apurar, mesmo sabendo que da apuração não resultaria coisa alguma. Mas o general João Figueiredo, reassumindo, simplesmente fechou o governo, e não para balanço. Por uma questão de formação, de identidade, de postura ou o que seja, não admite acusações a seus auxiliares. Chora com eles, não raro, tecendo considerações sobre o martírio. Coloca-os acima do bem e do mal, seja pelo fato de serem seus colaboradores, seja porque imagina dispor de informações exclusivas, especiais, que a todos inocentam. Mas nem divulgá-las, para esclarecimento da opinião pública, o presidente admite. A verdade, se fosse verdade, passaria a assunto interno, coisa de iluminados. Aos anjos, basta saber que são anjos, sem precisar demonstrar, ainda que acusados de demônios.

Senado transformaram-se em centros ativos de debate. E não se fala da tradicional encenação que parte das esquerdas, quando pôde, sempre representou. São os liberais e os conservadores a exprimir essa espécie de anseio nacional pela prestação de contas e em favor da ação administrativa eficaz. A chamada maioria silenciosa parlamentar acordou e, justiça se faça, não é mais sufocada ou amedrontada pelas Mesas diretoras, como aconteceu de 1964 para cá. Flávio Marçílio e Nilo Coelho, guardada a lealdade que devem ao Executivo, não cerceiam nem mandam calar. Permitem, ou assistem, situados em plano que só enobrecer a instituição congressual.

A pergunta natural diante disso é se o regime, o Sistema, o governo ou a própria Nação dispõem de estruturas para agüentar por muito mais tempo a verdadeira blitz desenvolvida pela sociedade sobre o governo, através do Legislativo. Paradoxalmente, essas coisas acontecem porque o governo, desde o seu início, lançou-se à tarefa democratizante.